



**REFORMA TRABALHISTA**  
Juízes apontam 50 'lesões' em projeto e se posicionam contra Reforma  
Página 6

Foto: Alessandro Carvalho

## III Simpósio SOS Brasil Soberano destaca crise política

EVENTO FOI REALIZADO NO DIA 08 DE JUNHO, EM BELO HORIZONTE

PÁGINAS 4 E 5



### BRASIL

SENGE-RJ defende realização de eleições diretas **PÁG.3**

### CONGRESSO

Realizada etapa estadual do 11º CONSENGE **PÁG.7**

### PUBLICAÇÃO

Fisenge lança cartilha sobre a Reforma Trabalhista **PÁG.8**

## AFINAL, TEMER SAI OU NÃO?

A pergunta que não quer calar e que é feita por milhões de brasileiros todos os dias começa a ficar mais perto de uma resposta. As recentes medidas do TST devolvendo o mandato a Aécio e soltando o comparsa de Temer, o Rocha Loures, sinalizam uma certa mudança de rumo dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, os estrategistas de Temer decidem acelerar o processo contra ele e que já foi recebido pela Câmara para votar sua admissibilidade. Com isto fica claro que Temer e as forças que o sustentam vão apostar todas as suas fichas na disputa em plenário. E para isto vão usar todos os instrumentos de persuasão e distribuição de favores e benesses para sustentá-lo.

Se a ação for rejeitada no plenário da Câmara é muito difícil prever como um governo tão ilegítimo e completamente desmoralizado pode conduzir o país até as eleições de 2018. É o cálculo que está sendo feito pelo sistema principalmente pelo que pode acontecer com o candidato indicado pelas forças que o sustentam.

Não está de todo afastada a possibilidade de a indignação da população expressa em diversas formas de mobilização mudar o rumo deste vergonhoso complô contra a verdade e a decência. É o que todos nós desejamos.

# Tempos sombrios

CLOVIS NASCIMENTO\*

Uma nuvem sombria paira sobre o horizonte dos brasileiros. Não bastasse a Reforma da Previdência acabar com as perspectivas de aposentadoria da maior parte da população, a Reforma Trabalhista pretende tornar o caminho até lá ainda mais duro. Em discussão no Congresso Nacional, o PL 6787 é mais um retrocesso imposto por um governo que está construindo uma ponte para o passado. O que está sendo proposto é uma completa alteração nas relações de trabalho, enfraquecendo direitos, asfixiando sindicatos e a justiça trabalhista, e permitindo a super-exploração em todos os níveis de atividades.

Por trás de argumentos nebulosos e omissões, o que a chamada Reforma Trabalhista revela são vestígios de uma sociedade escravocrata e de um liberalismo excludente até hoje presentes no imaginário de parte do empresariado brasileiro, que encontra em um governo ilegítimo, e na grave crise política e econômica que atravessamos, as condições ideais para fazer valer seus interesses.

A aprovação da terceirização em todas as atividades já era um prenúncio dos tempos difíceis para aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. A precarização que milhões de brasileiros já conhecem bem, trabalhando mais horas e ganhando até 30% menos para exercer a mesma função que colegas contratados, será ampliada para outros níveis de atividade.

A “pejotização”, a quarteirização, a redução de salários, o aumento da jornada e a potencialização de acidentes são ameaças reais. Um processo cruel de desumanização do ser social que trabalha, orquestrado por um sistema pautado pelos interesses daqueles que detêm o capital.

Com a adesão entusiasmada de grande parte dos meios de comunicação, se amparam em um paralelismo desonesto com países cujo contexto social, político e econômico é bem distinto do Brasil. Foi o que aconteceu com a Espanha, que, cinco anos

após a Reforma Trabalhista no país, tem hoje os menores salários da União Europeia e assiste a um aumento brutal na desigualdade de renda.

Mentem ao dizer que as leis trabalhistas no Brasil estão ultrapassadas, omitindo o fato de que a CLT já sofreu mais de 500 emendas ao longo de sua história, respaldadas pela Constituição de 88. Mentem ao dizer que a reforma vai gerar novos postos de trabalho, quando sabemos que apenas a retomada da demanda por bens e serviços é capaz de gerar novas contratações.

Usam, como exemplo de modernização, o chamado trabalho intermitente, um assalariamento disfarçado e desprovido de qualquer regulamentação, em que o empregado fica à disposição da empresa, sem

horário pré-determinado, mas com a obrigação de atender a qualquer tempo. A Inglaterra, onde há mais de 1 milhão de trabalhadores nessa condição, já assiste às primeiras decisões judiciais contrárias aos chamados contratos de zero hora.

A Reforma Trabalhista ainda isenta de responsabilidade as grandes empresas

que, por meio da terceirização, estimulam a exploração do trabalho em níveis degradantes e análogos à escravidão. Permite ainda a tarifação de danos, como a perda de um braço ou morte, possibilitando às empresas calcular o que é economicamente mais vantajoso, indenizar o trabalhador acidentado ou investir em prevenção e segurança. O trabalhador brasileiro, o pequeno e o médio empresário, os empreendedores, os profissionais liberais já estão pagando o preço de uma grave crise econômica, alimentada em parte pela crise política e pela incapacidade deste governo em fazer a economia voltar a crescer. As reformas agravam esse cenário. Precisamos, com urgência, ter de volta o nosso horizonte, que permita a retomada do desenvolvimento brasileiro, com soberania e sustentabilidade.

**A Reforma Trabalhista ainda isenta de responsabilidade as grandes empresas que, por meio da terceirização, estimulam a exploração do trabalho em níveis degradantes e análogos à escravidão**

\* Clovis Nascimento é engenheiro civil, sanitarista e vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ)



### SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br  
comunicacao@sengerj2.org.br

**PRESIDENTE**  
Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA COLEGIADA**  
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Hermino de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

**COLETIVO DE COMUNICAÇÃO**  
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

**CONSELHO FISCAL**  
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues  
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

### JORNAL DO ENGENHEIRO

**Editora e jornalista responsável:**

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

**Repórter:** Marcelle Pacheco

**Diagramação:** Leonardo Santos

**Revisão:** NPC

**E-mail:** comunicacao@sengerj2.org.br

**Tiragem:** 2.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

**Impressão:** Folha Dirigida

# SENGE Rio defende eleições diretas e convoca o povo para as ruas

O Brasil vem sofrendo uma série de ataques à democracia. Vivemos sob os desígnios de um governo ilegítimo, que, mais uma vez, teve seus atos corruptos evidenciados

**N**a noite do dia 17 de maio foi divulgado em diversos meios de comunicação uma gravação que mostra Temer dando o aval para a compra do silêncio do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Também aparecem como envolvidos na operação outros parlamentares do PMDB e do PSDB,



Foto: Mídia Ninja

Protestos em todo o Brasil pedem a saída do presidente golpista Michel Temer

como Aécio Neves (PSDB-MG), Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) e Zezé Perrela (PSDB-MG). Este último é dono da empresa em que está registrado o helicóptero apreendido

em novembro de 2013 com 450 kg de pasta base de cocaína.

Neste cenário, vemos a mídia comercial agindo com suas já conhecidas artimanhas. Devemos

lembrar que foram estes meios de comunicação que orquestraram o Golpe que levou à destituição da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff (PT). Foram eles que defenderam a permanência do presidente golpista e apoiaram a falaciosa campanha de Aécio Neves contra a presidenta legítima e contra o povo brasileiro.

Com a queda da pretensa legitimidade de Temer, o empresariado midiático, a fim de se proteger, age sorrateiramente para derrubá-lo e já desenha a entrada de seu novo representante no poder.

Há claro apoio à eleição indireta de um governante que deverá prosseguir com as políticas antidemocráticas e que atentam contra os direitos dos trabalhadores, como as reformas trabalhista e da previdência.

O nome do atual Ministro da Fazenda do governo ilegítimo Henrique Meirelles já é apontado como “o bastião da estabilidade”. No entanto, é necessário recordar que Meirelles foi presidente do conselho da J&F, holding da JBS, entre 2012 e 2016, empresa envolvida no epicentro do escândalo de corrupção no qual Temer está envolvido.

Defendemos que seja instituído um tribunal constitucional para julgar politicamente todos os representantes do poder executivo envolvidos em esquema de corrupção.

Exigimos eleições Diretas Já! Só a mobilização popular tem força para barrar essa sucessão de golpes à democracia que o Brasil vem sofrendo.

**QUE O CONGRESSO  
RETIRE DA PAUTA A REFORMA  
DA PREVIDÊNCIA E A REFORMA  
TRABALHISTA**

**FORA TEMER!  
DIRETAS JÁ!**

Acesse o nosso site e  
conheça o curso de

**Autovistoria  
Predial**

[www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

  
**Senge-RJ**  
Sindicato dos Engenheiros  
no Estado do Rio de Janeiro



# III Simpósio SOS Brasil Soberano

**O atual momento pelo qual o Brasil tem passado, marcado pela crise política e por reformas antipopulares, foi destacado no evento realizado em MG**

Por Caroline Diamante - Senge-MG

O contexto do atual momento pelo qual o Brasil tem passado, marcado pela crise política e por reformas antipopulares, foi destacado pelos componentes da mesa de abertura da 3ª edição do Simpósio SOS Brasil Soberano. O evento foi realizado no dia 08 de junho, em Belo Horizonte, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

O Brasil vive uma fase sem precedentes na História, conforme pontuou o engenheiro civil e sanitarista, vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento. Segundo Nascimento, as instituições estão derretendo e o que está em jogo é a luta de classes.

“Aqueles que não aceitavam o crescimento do país e a inclusão social são os que estão agora no governo impondo aos trabalhadores e ao povo brasileiro um atraso, jogando

o país na década de 30. A periferia tem 14 milhões de desempregados e está pensando no que vai comer amanhã. A população não irá aceitar isso de forma passiva. As ruas sempre foram nossas. Esse governo ilegítimo e espúrio jamais poderia dirigir o Brasil. A Fisenge está na luta e nas ruas. Vamos ao bom combate”, conclamou Clovis.

O simpósio foi aberto com a fala do diretor do Senge-MG e Subsecretário de Projetos da Secretaria de

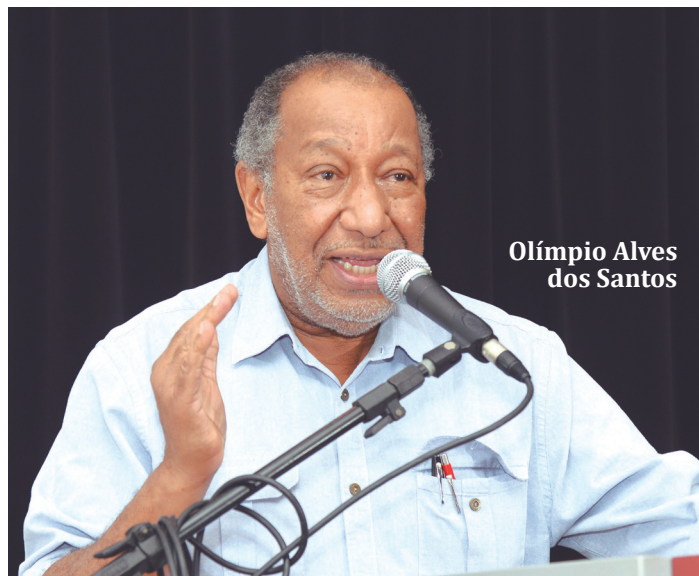
## Presidente do SENGE-RJ apresenta o projeto SOS Brasil Soberano

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, apresentou o projeto SOS Brasil Soberano durante a realização do III simpósio, no dia 08 de junho, em Belo Horizonte (MG).

Olímpio destacou que o projeto tem como objetivo fazer uma contribuição ao momento que o Brasil vive. A primeira contribuição foi o Programa de Emergência, feito com os resultados da discussão do I Simpósio, no Rio de Janeiro, e ao lado da Frente Brasil Popular. O vídeo está disponível na página do SOS Brasil Soberano no Facebook.

“Nós temos que discutir reformas e não contrarreformas, como está sendo feito nesse momento. Essas propostas do governo golpista dissolvem a ideia de nação. Não podemos ter um povo sem direitos. Como um povo sem direitos pode ter ideia de nação?”, criticou Olímpio.

O SENGE-RJ é uma das entidades integrantes da Frente Brasil Popular, organização social que tem como objetivo defender os direitos dos trabalhadores, ampliar a democracia e a participação popular, promover reformas estruturais para um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular, e defender a soberania nacional.



Olímpio Alves dos Santos

“Nós temos que discutir reformas e não contrarreformas, como está sendo feito nesse momento”



Jorge Folena

“O governo Temer perdeu sua credibilidade e não tem condição de garantir sua continuidade”

## Para advogado, abertura aos EUA da base

Por Verônica Couto - SOS Brasil Soberano

Para o cientista político Jorge Folena, a intenção do ministro da Defesa, Raul Jungmann, de alugar aos EUA a base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, é um “exemplo da subalternidade colonial” do projeto para o país do atual governo. “Tal informação deveria causar perplexidade nas autoridades civis e militares, porque constitui um atentado à soberania nacional”,

afirmou nesta quinta-feira (8), em Belo Horizonte, durante o III Simpósio SOS Brasil Soberano. “A soberania nacional não se empresta, não se aluga, não se vende.” Para interromper o programa de subordinação em curso, ele defende eleições diretas e a convocação de Assembleia Nacional Constituinte, precedida de um pacto de forças políticas representativas, que assegurem a vontade popular expressa nas ruas.

“O governo Temer perdeu sua

credibilidade e não tem condição de garantir sua continuidade”, diz Folena, que também é favorável à criação de um tribunal constitucional para julgar delitos praticados por “membros da velha Nova República, que participaram em desmandos e atos de corrupção, ou que atentaram contra os interesses do povo brasileiro”. Um mecanismo de responsabilização jurídica, sem a seletividade partidária dos processos judiciais recentes, que, na opinião do especialista, capturaram

# o destaca crise política no Brasil

Transporte e Obras Públicas e organizador do Simpósio em Minas Gerais, Marcos Túlio de Melo. Ele falou sobre a crise no Brasil que, para ele, é decorrente do golpe que tirou do poder a ex-presidente Dilma Rousseff. Marcos Túlio explicou que no atual governo houve um retrocesso nos projetos que viabilizaram o crescimento econômico e as políticas sociais nos últimos anos. De acordo com ele, esta terceira etapa do SOS Brasil Soberano tem como

proposta debater com a sociedade e os profissionais de engenharia “ações e reformas necessárias para a retomada da perspectiva e do desenvolvimento nacional”.

O presidente do Senge-MG, Raul Otávio da Silva Pereira, destacou que o Simpósio é uma forma de instrumentalizar todos nós para retomarmos o debate dentro de um patamar mais avançado. “Para fazer um contraponto às informações distorcidas que escutamos nos ambientes que

frequentamos, como escola, trabalho”, explicou. O presidente do Senge-MG ainda afirmou que temos uma disputa perdida nos últimos 12 ou 24 meses que foi a disputa de ideias, que nos levou a ter conflitos na família, no trabalho, na rua, com amigos e parentes. “A disputa de ideias que se travou nos deixou acuados, oprimidos, arredios e momentaneamente sem reação. Esta perda na disputa de ideias não foi por acaso. Foi de forma estruturada e planejada.”

## “O Estado acabou”, afirma João Pedro Stédile

O coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stédile, acredita que o modelo de Estado está em crise e precisa ser completamente reformulado. Esta foi a questão central da fala de Stédile durante o III Simpósio SOS Brasil Soberano. Segundo João Pedro Stédile, o modelo gestado para fazer a burguesia industrial enriquecer acabou porque quem domina no momento é o capital financeiro internacional, que não precisa do trabalho para acumular riqueza. Isso é feito através da especulação.

Por isso, Stédile acredita que o caminho é a realização de uma assembleia constituinte popular para reformular a forma do Estado funcionar.

“Temos que discutir um plano de país, a médio prazo, que deve ter como fundamento uma nova economia, baseada na indústria e na agricultura. O Estado tem que ser reformado. Não basta apenas uma reforma política”, defende Stédile.

### DIRETAS JÁ

“Estamos repetindo o grande arco de aliança de 1984, que conquistou a democracia nas ruas. Agora a tarefa é dialogar com outras forças para ampliar a rede. Vamos realizar uma sequência de atos públicos no maior número possível de cidades. Na Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já fazem parte todos os partidos de oposição, alguns deles que saíram da base golpista, e algumas correntes do próprio PMDB, que apoiaram os golpistas, todas as centrais sindicais, todas as denominações religiosas, todas as grandes entidades nacionais e a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo.”



Clovis Nascimento



João Paulo Stédile

“O Brasil vive uma fase sem precedentes na História”

“O Estado tem que ser reformado. Não basta apenas uma reforma política”

## se de Alcântara é crime contra soberania

a política nacional.

Se efetivada, a abertura da base de Alcântara a interesses estrangeiros pode ser considerada crime de responsabilidade do governo federal e violação da segurança nacional, avalia Folena, que também é advogado constitucionalista. “Este delito está tipificado: ‘tentar submeter o território ou parte dele ao domínio de outra nação’. Mais grave ainda por ser tratar dos EUA, que têm por prática a intervenção e a ingerência em outras nações.”

### TSE E A PARTIDARIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Durante o simpósio, o advogado também manifestou “preocupação” com o julgamento da chapa Dilma-Temer, iniciado na quarta-feira (8), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e ainda em curso. Segundo Folena, o ministro Gilmar Mendes está conduzindo o julgamento de forma parcial, de modo a condenar a ex-presidente Dilma Rousseff, e inocentar Michel Temer. “Um resultado assim será uma vergonha”, diz.

Folena observa que Gilmar Men-

des falar em financiamento de campanha é ainda “mais vergonhoso”, porque o ministro “pediu vista” no julgamento do financiamento privado de campanha que estava sendo feito no STF e, em 2014, todos os partidos recorreram às empresas, o que permitiu o sequestro da política pelo interesse econômico. “A sociedade constrói sua história, mas o que me causa perplexidade é como estamos pobres; lamentável que a sociedade entregue seu destino nas mãos dos Tribunais.”

# Juízes do TST apontam 50 'lesões' a direitos no projeto de reforma trabalhista

Proposta do governo irá reduzir, "de imediato ou a médio prazo", várias dezenas de direitos individuais e sociais

Fonte: Brasil de Fato

Dezessete dos 27 juízes que compõem o Tribunal Superior do Trabalho (TST), incluindo dois ex-presidentes (João Oreste Dalazen e Antônio José de Barros Levenhagen), posicionaram-se contra o projeto de lei (PLC 38) de reforma trabalhista, apontando 50 "lesões" a direitos. O documento foi entregue no dia 24 de maio ao presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE), e protocolado no gabinete do relator do texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). A principal Corte trabalhista do país ratifica sua visão contrária à reforma do governo, contrariando inclusive o presidente do TST, Ives Gandra Filho. Hoje, Eunício recebeu alguns dos ministros signatários.

"A grande preocupação dos ministros do TST que subscrevem este documento – os quais contam, todos, com várias décadas de experiência diária no segmento jurídico trabalhista – é com o fato de o PLC n. 38/2017 eliminar ou restringir, de imediato ou a médio prazo, várias dezenas de direitos individuais e sociais trabalhistas que estão assegurados no País às pessoas humanas que vivem do trabalho empregatício e similares (relações de emprego e avulsas) ilustrativamente", afirmam os magistrados. O presidente da Anamatra, associação nacional da categoria, Germano Siqueira, também participou da entrega.

Apenas a "ampla autorização" para a terceirização de serviços, afirmam, "produz uma significativa redução do patamar civilizatório mínimo fixado pela ordem jurídica trabalhista

vigorante no Brasil". O documento, de sete páginas, cita ponto a ponto os direitos que estariam expostos à redução ou eliminação, como horas in itinere (no percurso para o trabalho), "pactuação genérica" do regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, período de uma hora de refeição, entre outros, além de questões como aumento do trabalho em tempo parcial.

Segundo os juízes, o PLC 38 atinge não apenas o Direito individual e coletivo do Trabalho, mas também o Direito processual, restringindo o acesso da população à Justiça, especialmente pessoas "simples e pobres". O texto entregue ao Senado critica ainda a possibilidade de formação de comissões de representação dos empregados sem participação dos sindicatos e a determinação da pre-

valência do negociado sobre o legislado, "em afronta ao princípio constitucional da norma mais favorável".

A oposição no Senado apresentou no dia 25 de maio algumas medidas para tentar impedir o andamento do PLC 38.

As senadoras Gleisi Hoffman (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentaram questões de ordem contra o andamento do projeto. "Em momento algum o presidente anunciou que matéria seria colocada em discussão. Em momento algum passou a palavra para o relator ler o relatório. Em momento algum o relatório foi lido. É uma clara afronta ao regimento. Relatórios dados como lidos só são possíveis com acordo nas comissões", argumentou Gleisi. O presidente Eunício de Oliveira disse que decidirá posteriormente.

## Reforma trabalhista é vista como negativa por 70% dos brasileiros, diz pesquisa

Fonte: Brasil de Fato

Um levantamento feito pela CUT/Vox Populi aponta que as reformas trabalhista e da Previdência são vistas de forma negativa por grande parte dos trabalhadores brasileiros e o assunto tem causado insegurança na população. A pesquisa foi realizada neste mês nas capitais, regiões metropolitanas e interior de todos os Estados do país e indica que o presidente golpista, Michel Temer (PMDB), tem rejeição de 75% dos entrevistados.

Apenas 3% dos entrevistados consideram que conseguiriam se aposentar com novas regras da Reforma da Previdência

Um dos principais pontos das mudanças que estariam por vir é a prevalência da negociação coletiva sobre a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A pesquisa da CUT mostra que 68% dos entrevistados enxergam essa situação como muito mais favorecedora aos patrões do que aos próprios trabalhadores.

Outra medida que modifica

bastante a relação de trabalho entre empresa e funcionário é o chamado contrato intermitente, que consiste na contratação dos trabalhadores por algumas horas ou dias por mês, com recebimento de salário de acordo com a quantidade de horas trabalhadas.

Se vier a ser aplicada, 89% dos entrevistados dizem que não teriam

condições de manter suas famílias. A possibilidade também influencia o setor de crediários, já que 90% não teriam coragem de se comprometer com um financiamento em condições de trabalho temporário.

Em relação às mudanças previstas na reforma da Previdência, apenas 3% dos entrevistados consideram que conseguiriam se aposentar depois dos 40 anos de contribuição, enquanto 69% não veem perspectivas de conseguir acessar os benefícios da aposentadoria.



O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos (à direita) e o vice-presidente do Sindicato e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento

## SENGE Rio conclui etapa estadual do 11º CONSENTEGE

Na ocasião, foram eleitos os 42 delegados que representarão o sindicato e elaboradas seis propostas, que serão encaminhadas para o debate no congresso

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE Rio) realizou, nos dias 16 e 23 de maio, a etapa estadual do 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Na ocasião, foram eleitos os 42 delegados que representarão o sindicato e elaboradas seis propostas, que serão encaminhadas para o debate no congresso.

O Consenge traz este ano o tema: “Resistir! Em defesa da engenharia e da Soberania Nacional”. Coube ao SENGE Rio o tópico “Desenvolvimento e a Soberania Nacional”. Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato, destacou a relevância do assunto frente à atual situação política do Brasil.

“Estamos assistindo, neste momento, a dilapidação do patrimônio do nosso país. Nós temos que acumular forças e ter clareza do embate que

temos que fazer. É fundamental que tenhamos compreensão e capacidade de sermos donos do nosso destino. É fundamental fazermos do Brasil uma nação soberana”, avalia Olímpio.

Para Clovis Nascimento, presidente da Fisenge e vice-presidente do SENGE Rio, “o momento é de Resistir! Vamos levar para Curitiba a bandeira da defesa da soberania”.

Paulo Jager, técnico do Dieese, foi o palestrante do primeiro dia (16/05) da etapa estadual. Jager destacou a relevância do tema para o atual momento político em que vive o Brasil.

O técnico do Dieese analisou também a relação intrínseca entre a promoção tanto do desenvolvimento quanto da soberania por via de um Estado atuante. Jager apresentou um “retrato” da privatização em curso, que traz como consequência a redução do Estado. Segundo ele, “o que

está acontecendo agora vai além da alienação do patrimônio público. São inúmeras iniciativas que têm como objetivo geral a diminuição do Estado.

• Assista à fala completa do técnico do Dieese em nossa página do Youtube: [SENGE RJ](#)

O segundo dia de debate (23/05) teve como tema “O ensino da engenharia, mercantilização, EAD e excesso de oferta”. O professor Nival Nunes de Almeida, que presidiu a Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge), foi o palestrante da noite. Nunes apresentou o olhar da academia a respeito da formação dos profissionais de engenharia.

• Assista à fala completa do professor Nival Nunes em nossa página do Youtube: [SENGE RJ](#)

## Comissão do Senado reprovou reforma trabalhista

Sob pressão da CUT, das demais centrais sindicais e dos movimentos sociais que fizeram mobilizações contra o desmonte da CLT, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) derrotou por 10 a 9 a proposta de Reforma Trabalhista do golpista e ilegítimo Michel Temer (PMDB-SP). O Palácio do Planalto dava como certa a aprovação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, “esse resultado é uma demonstração cabal de que a mobilização e a pressão são as armas mais eficazes da classe trabalhadora contra os desmontes sociais, trabalhista e previdenciário que Temer e sua turma querem fazer”.

Vagner alerta que a rejeição do relatório na CAS representa uma derrota política de Temer, mas a luta segue na CCJ e no plenário da Casa. Isso porque a CAS aprovou o voto em separado do senador Paulo Paim (PT-RS), que apresentou mudanças no texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, mas o resultado da votação não interrompe a tramitação da proposta do governo. A decisão final sobre o voto em separado do Paim e a proposta do governo cabe ao plenário do Senado.

# art 27

### GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

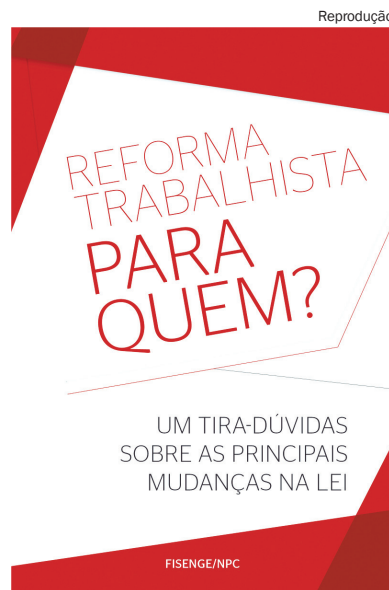
# Fisenge lança cartilha sobre a Reforma Trabalhista

A PUBLICAÇÃO, PRODUZIDA EM PARCERIA COM O NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO, ABORDA ASPECTOS ESPECÍFICOS SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA PARA OS ENGENHEIROS

Fonte: Fisenge

De acordo com o engenheiro, presidente da Fisenge e vice-presidente do SENGE-RJ, Clovis Nascimento, a publicação da cartilha "Reforma Trabalhista para quem?" tem o objetivo de alertar, descrever o contexto e informar pedagogicamente as mudanças na legislação trabalhista e as consequências para a vida de milhares de brasileiros. "A informação também é um instrumento de luta e disputa. Somos mais de 200 milhões de habitantes no Brasil. E, destes, quase 13 milhões de pessoas desempregadas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nosso país vive uma crise política e econômica forjada pela afirmação de um projeto alicerçado pela lógica de privilégios, e não de igualdade social", afirmou Clovis Nascimento. A cartilha foi produzida pela Fisenge em parceria com o Núcleo Piratininga de Comunicação(NPC).

Ainda segundo Clovis, a atual disputa de narrativa – firmada sob a falsa justificativa de geração de empregos – impõe prejuízos e retirada de direitos aos trabalhadores. "A Reforma



**"A Reforma Trabalhista é uma das medidas mais injustas e retrógradas das últimas décadas aos direitos dos trabalhadores."**

(Clovis Nascimento)

Trabalhista é uma das medidas mais injustas e retrógradas das últimas décadas aos direitos dos trabalhadores. A proposta irá precarizar as relações de trabalho e aprofundar a rotatividade, o desemprego e os baixos salários", declarou.

A publicação ainda aborda aspectos específicos sobre os impactos para os engenheiros e as engenheiras. Na reforma trabalhista, a prevalência do negociado sobre o legislado poderá, por exemplo, acabar com o Salário Mínimo Profissional dos engenheiros e das engenheiras. Isso porque as negociações e acordos coletivos poderão ter força de lei e ignorar toda a legislação vigente. Se um acordo coletivo trouxer como cláusula o pagamento de salários inferiores ao Salário Mínimo Profissional dos engenheiros, a lei 4.950-A/66 poderá ser ignorada. "Hoje, os sindicatos e as entidades de classe recorrem à Justiça para garantir o cumprimento do Salário Mínimo Profissional. Com a reforma, uma lei histórica para a nossa categoria de engenheiros será rasgada", disse o engenheiro.

Essa Reforma Trabalhista representa um retrocesso no Brasil e em qualquer país do mundo. "Somos muitos, cidadãos e cidadãs, com capacidade de mobilização, manifestação e organização. É nosso dever denunciar o desmonte da legislação trabalhista e ocupar as ruas contra as medidas desse governo ilegítimo", concluiu Clovis.



fisenge

Coletivo de Mulheres



Senge.RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707  
Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br  
comunicacao@sengerj2.org.br